

HABEAS CORPUS Nº 487.680 - MS (2018/0347781-3)

RELATOR : **MINISTRO JORGE MUSSI**
IMPETRANTE : **DANILO MARQUES BORGES E OUTROS**
ADVOGADOS : **DANILO MARQUES BORGES - GO027755**
DANIELLE PHAMELLA CARVALHO LOIOLA - GO040440
ALESSANDRO GIL MORAES RIBEIRO - GOGO16797
IMPETRADO : **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**
PACIENTE : **RUDI JOSE WAMMES (PRESO)**

DECISÃO

1. Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em benefício de RUDI JOSE WAMMES contra decisão de Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso do Sul, que indeferiu pleito liminar em *writ* originariamente impetrado.

Sustentam os impetrantes, em síntese, que, no presente caso, há evidente ilegalidade capaz de superar o enunciado de n. 691 do STF, que somente pode ser reparada pela via do *mandamus*.

Alegam a ocorrência de constrangimento ilegal sob o argumento de que a decisão que ordenou a prisão preventiva do paciente seria carente de fundamentação concreta, porquanto embasada na gravidade em abstrato do delito, reputando ausentes os requisitos da medida extrema, previstos no art. 312 do CPP.

Afirmam que não teria sido demonstrado, com base em elementos concretos, como a liberdade do acusado poderia oferecer risco à ordem pública, ao bom andamento da instrução criminal ou à aplicação da lei penal.

Argumentam, por fim, a excepcionalidade da medida extrema, enfatizando que o paciente faria jus a substituição da preventiva por medidas cautelares descritas no art. 319 do CPP.

Assim, requereram a concessão da ordem, liminarmente e no mérito, para que fosse afastada a arbitrariedade impingida ao paciente, revogando-se a segregação processual e expedindo-se o competente alvará de soltura.

Distribuído o feito no período de férias forenses, a liminar foi indeferida pelo Exmo. Sr. Ministro João Otávio de Noronha, no exercício da Presidência desta Corte (e-STJ fls. 76-77).

Informações prestadas (e-STJ fls.81-85).

O Ministério Público Federal opinou pela extinção do *writ* sem resolução de mérito ou pela denegação da ordem.

É o breve relatório.

2. O pleito não merece conhecimento.

Isso porque, nos termos da Súmula n. 691 do Supremo Tribunal Federal, esta Corte Superior pacificou orientação no sentido "*de não ser cabível habeas corpus contra decisão que indefere o pleito liminar em prévio mandamus, a não ser que fique demonstrada flagrante ilegalidade*" (AgRg no HC 400.949/PR, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 27/06/2017, DJe 1/8/2017), destacando-se que o "*referido óbice é ultrapassado tão somente em casos excepcionais, nos quais a evidência da ilegalidade é tamanha, que não escapa*

à pronta percepção do julgador" (AgRg no HC 397.734/SP, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 18/05/2017, DJe 25/5/2017).

Confira-se, a propósito, outro precedente:

PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO. PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE. RECEBIMENTO COMO AGRAVO REGIMENTAL. HABEAS CORPUS IMPETRADO EM FACE DE DECISÃO INDEFERITÓRIA DE LIMINAR NA ORIGEM. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 691/STF. DECISÃO FUNDAMENTADA. EXCEPCIONALIDADE NÃO DEMONSTRADA. NÃO CABIMENTO. PRISÃO PREVENTIVA MANTIDA NA SENTENÇA. FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA. DECISÃO MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO RECEBIDO COMO AGRAVO REGIMENTAL, AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO.

1. Pedido de reconsideração, apresentado dentro do quinquídio legal, deve ser recebido como agravo regimental, em homenagem ao princípio da fungibilidade.

2. A jurisprudência desta Corte é pacífica no sentido de que a admissibilidade de habeas corpus impetrado contra decisão que indeferiu a liminar em prévio writ se submete aos parâmetros do enunciado nº 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal, somente afastada no caso de situações excepcionais de flagrante ilegalidade (AgRg no HC 287.547/SP, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 11/03/2014, DJe de 26/03/2014).

3. O agravante não apresentou argumentos novos capazes de infirmar os fundamentos que alicerçaram a decisão agravada, razão que enseja a negativa de provimento ao agravo regimental, pois de fato a custódia cautelar do paciente, mantida na sentença, possui fundamentação concreta, evidenciada na reiteração delitiva do paciente em crime de mesma espécie, de modo que não há se falar em ilegalidade na negativa do recurso em liberdade.

4. Pedido de reconsideração recebido como agravo regimental, ao qual se nega provimento.

(RCD no HC 392.916/SP, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 18/04/2017, DJe 26/04/2017)

No caso, da análise da documentação acostada aos autos, verifica-se que não está caracterizada flagrante ilegalidade suficiente para superar o óbice do referido enunciado sumular.

É que a decisão objurgada não se mostrou teratológica, estando devidamente fundamentado o indeferimento do pleito liminar, pois a autoridade tida como coatora não entendeu presentes os requisitos necessários para a concessão sumária da ordem, tecendo ainda as seguintes considerações:

Depreende-se dos autos que o decisum impugnado não se mostra, desarrazoado ou, muito menos, carente de fundamentação, uma vez que houve a necessária indicação dos motivos, condições e pressupostos que

deram ensejo à imposição da custódia processual, o que, de pronto, afasta a presença do fumus boni iuris pretendido pela paciente.

Com efeito, conforme bem consignado pelo magistrado de primeiro grau na decisão que indeferiu o pedido de liberdade provisória do paciente, [...], a manutenção da prisão deste é imprescindível para fazer cessar a reiteração delitiva, impedir a destruição de provas e garantir a instrução criminal.

[...]

Consigno ainda que, a priori, está-se diante de um grupo criminoso voltado para a prática de fraudes contra seguradoras em diversos Estados e regiões do País e, no caso específico dos autos os acusados teriam praticado uma fraude para o recebimento de seguro de uma colheitadeira que fora incendiada, cujo modelo seria diverso daquela objeto da apólice de seguro.

Por outro lado, mesmo que as condições pessoais sejam favoráveis, esta situação, por si só, não garante o direito de responder ao processo em liberdade, quando presentes os requisitos que autorizam a segregação cautelar.

Portanto, pela leitura dos fatos contidos nos autos e outros documentos que instruem o feito, bem se vê que a revogação da prisão preventiva poderá prejudicar o andamento do processo, notadamente diante da possibilidade de reiteração delitiva, da destruição de provas e de prejuízos para a instrução criminal estando, portanto, presentes os requisitos dos arts. 312 e 313 do CPP para a manutenção da prisão. (e-STJ fls. 43-44).

Assim, os argumentos lançados pela autoridade apontada como coatora, em cotejo com os elementos que instruem os presentes autos, autorizam a conclusão pelo acerto do indeferimento da medida sumária, para manter a constrição cautelar do paciente.

Além disso, *mister* destacar que o revolvimento dessa questão certamente acarretaria a indevida supressão de instância, pois será alvo de exame oportuno na Corte de Justiça indicada como coatora, quando do julgamento do seu mérito.

3. Diante do exposto, por se afigurar manifestamente incabível, **não se conhece** do *habeas corpus* substitutivo.

Publique-se e intimem-se.

Após ciência do Ministério Público Federal e o trânsito em julgado deste decisão, arquivem-se os autos.

Brasília, 13 de fevereiro de 2019.

MINISTRO JORGE MUSSI
Relator